



PODER JUDICIÁRIO
Fundo Especial das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais

Prestação de Contas Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2015

Fundo Especial de Segurança dos Magistrados

Conteúdo

APRESENTAÇÃO.....	2
1. DA INSTITUIÇÃO.....	3
2. DADOS DOS GESTORES.....	4
3. DO PLANEJAMENTO.....	6
3.1 Plano Plurianual – PPA.....	6
4. DO ORÇAMENTO.....	8
4.1 Por Programa.....	8
4.2 Por Ação.....	8
5. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	10
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11

APRESENTAÇÃO

O dever de prestar contas, insculpido no art. 70, parágrafo único da Constituição Federal, e no art. 50, parágrafo único da Constituição Estadual, impõe-se a toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responde ou que, em nome deste, assume obrigações de natureza pecuniária.

Deste modo, e em consonância às Instruções Normativas n°s 12, de 16 de novembro de 2005 e 26, de 30 de novembro de 2011, o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados, vem oferecer como peça integrante da Prestação de Contas Anual apresentada ao Tribunal de Contas, Relatório de Gestão referente ao exercício de 2015.

1. DA INSTITUIÇÃO

O Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, órgão do Poder Judiciário do Maranhão, instituído pela Lei Complementar nº 164, de 1º de Abril de 2014, tem por objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros que serão destinados à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados; à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados, conforme o que preceitua art. 2º, da Lei Complementar nº 164, de 1º de Abril de 2014.

A criação do FUNSEG é uma luta iniciada em 2013, pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), junto ao Tribunal de Justiça, com o objetivo de garantir mais segurança às unidades judiciais de todo o estado. Além de atender o que determina a Resolução nº 104, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), editada em 6 de abril de 2010, a qual dispõe sobre medidas administrativas de segurança no Poder Judiciário.

O art. 7º da Resolução nº 104/2010 fixa que os Tribunais de Justiça devem buscar a aprovação de lei estadual que disponha sobre a criação de Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com a finalidade de assegurar os recursos necessários à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, e à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nessas atividades de segurança

O projeto determina, entre outras medidas, que os recursos do FUNSEG sejam aplicados na construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual e manutenção dos serviços de segurança, formação e aperfeiçoamento do serviço de segurança dos magistrados.

2. DADOS DOS GESTORES

Nome: CLEONICE SILVA FERREIRA

Cargo: Presidente

Período: 01/01/2015 a 17/12/2015

Matrícula: 3905

CPF: 069.079.973-04

Endereço: Avenida Sambaquis, Casa 34

Complemento: Quadra 05

Bairro: Calhau

Cidade: São Luís - MA CEP: 65071-390

Nome: CLEONES CARVALHO CUNHA

Cargo: Presidente

Período: 18/12/2015 a 31/12/2015

Matrícula: 13557

CPF: 125.896.243-87

Endereço: Avenida Colares Moreira, Casa 07

Complemento: Quadra 19

Bairro: Calhau

Cidade: São Luís - MA CEP: 65075-440

Nome: ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

Cargo: Vice-Presidente

Período: 01/01/2015 a 17/12/2015

Matrícula: 3640

CPF: 027.566.173-34

Endereço: Rua Nova Olinda, Casa 10

Complemento: Quadra 48

Bairro: Turu

Cidade: São Luís - MA CEP: 65065-000

Nome: MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

Cargo: Vice-Presidente

Período: 18/12/2015 a 31/12/2015

Matrícula: 3731

CPF: 127.305.133-53

Endereço: Rua Alto Parnaíba, Casa 13

Complemento: -

Bairro: Quintas do Calhau

Cidade: São Luís - MA CEP: 65067-460

Nome: NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

Cargo: Corregedor Geral de Justiça

Período: 01/01/2015 a 17/12/2015

Matrícula: 3905

CPF: 063.362.803-49

Endereço: Avenida Sambaquis, Casa 32

Complemento: Quadra 08

Bairro: Calhau

Cidade: São Luís – MA CEP: 65071-390

1.

2.

Nome: ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

Cargo: Corregedor Geral de Justiça

Período: 18/12/2015 a 31/12/2015

Matrícula: 3640

CPF: 027.566.173-34

Endereço: Rua Nova Olinda, Casa 10

Complemento: Quadra 48

Bairro: Turu

Cidade: São Luís - MA CEP: 65065-000

Nome: HEBERT PINHEIRO LEITE

Cargo: Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça

Período: 01/01/2015 a 17/12/2015

Matrícula: 177402

CPF: 304.157.723-20

Endereço: Avenida dos Holandeses, Apartamento 603

Complemento: Quadra 08, Condomínio Toscana, Edifício Solaia

Bairro: Ponta do Farol

Cidade: São Luís - MA CEP: 65075-650

Nome: ISABELLA DE AMORIM PARGA MARTINS LAGO

Cargo: Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça

Período: 18/12/2015 a 31/12/2015

Matrícula: 36624

CPF: 027.566.173-34

Endereço: Rua das Palmeiras, Casa 13

Complemento: Quadra 66

Bairro: Jardim Renascença

Cidade: São Luís - MA CEP: 65075-300

Nome: CLÁUDIO ANTÔNIO CUTRIM RAPOSO

Cargo: Diretor Financeiro do Tribunal de Justiça

Período: 01/01/2015 a 17/12/2015

Matrícula: 180729

CPF: 146.234.633-20

Endereço: Rua Projetada, Casa 08

Complemento: Condomínio Gran Village III

Bairro: Cohama

Cidade: São Luís - MA CEP: 65073-285

Nome: AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO

Cargo: Diretor Financeiro do Tribunal de Justiça

Período: 18/12/2015 a 31/12/2015

Matrícula: 99374

CPF: 827.596.773-20

Endereço: Rua 04 de Janeiro, Apartamento 301, Bloco 05

Complemento: Condomínio Quintas do Sol, Jardim Eldorado

Bairro: Turu

Cidade: São Luís – MA CEP: 65070-000

3. DO PLANEJAMENTO

3.1 Plano Plurianual – PPA

O Plano Plurianual ou PPA é um instrumento legal de planejamento das ações governamentais, previsto no art. 165 da Constituição Federal que se destina a organizar e viabilizar a ação pública por um período de quatro anos.

O PPA do Estado do Maranhão para o quadriênio de 2012/2015 foi aprovado por meio da Lei nº. 9.553, de 16 de janeiro de 2012 e atualizado para o exercício de 2015, autorizou a execução dos programas e ações do FERC, conforme tabela a seguir:

PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS		
Programa Principal: 0543 - Prestação Jurisdicional		
Objetivo: Proporcionar à sociedade Maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.		
Público Alvo: Sociedade		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04902 – FESMAM		
Programa	Ação	Finalidade
0543 - Prestação Jurisdicional	4686 - Apoio a Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão	Proporcionar aos Magistrados condições de segurança adequadas nas Sedes Jurisdicionais

Para as ações programadas são previstas metas físicas as quais possibilitam uma melhor avaliação da atuação do FUNSEG, pois fornecem informações quantitativas acerca das atividades desenvolvidas, possibilitando a mensuração da eficiência dos recursos aplicados comparados às metas financeiras. As metas físicas e financeiras para o ano de 2015 foram executadas conforme quadro abaixo:

PROGRAMA - 0543 - Prestação Jurisdicional						
Ação	Produto	Unidade de Medida	Metas		Execução	
			Física	Financeira	Física	Financeira
4686	medido pela despesa	unidade	0,00	2.964.557,00	0,00	570.680,00
Subtotal do Programa				2.964.557,00		570.680,00

Verifica-se que a ação 4686 foi executada em quantidade inferior à programada, contudo é importante esclarecer que se trata do primeiro ano de execução do orçamento do FUNSEG o que demandou uma estruturação e preparação dos atos de gestão.

Outro importante instrumento de planejamento anual, servindo de conexão entre o plano estratégico das ações governamentais (PPA) e o plano operacional a ser executado (orçamento anual) é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Esta tem por finalidade orientar a elaboração do Orçamento, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

4. DO ORÇAMENTO

Atendendo as disposições previstas na LDO, a proposta orçamentária do FUNSEG para o exercício de 2015, fixou a despesa no valor de R\$ 2.964.557,00 (dois milhões novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e sete reais).

A seguir, uma avaliação orçamentária por programas e ações desenvolvidas.

4.1 Por Programa

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento.

No quadro abaixo vemos a execução dos programas previstos na LOA para o exercício de 2015:

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Executado (Emp.)	Perc. De Exec.
4686 - Apoio a Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão	2.964.557,00	2.964.557,00	570.680,00	19,3%

Ao avaliar o cumprimento das metas financeiras por programa apresentadas acima, constatamos que o FUNSEG executou menos da metade do previsto. Entretanto, como já esclarecido anteriormente, sua execução orçamentária fora incipiente tendo em visto o início das atividades do Fundo.

4.2 Por Ação

Os programas são compostos de ações, que, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais. A atividade envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. O projeto envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o

aperfeiçoamento da ação de Governo. Já a “Operação Especial” abrange as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de Governo.

No âmbito do FUNSEG as suas ações têm características de atividades.

A execução das metas físicas e financeiras já foram avaliadas quando do comentário sobre o PPA.

Apresentamos a seguir a execução das metas financeiras:

PROGRAMA	PROJ/ATIV	DENOMINAÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	Perc. De Execução
0543 - Prestação Jurisdicional	4686	Apoio a Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão	2.964.557,00	570.680,00	19,3%
Total			2.964.557,00	570.680,00	19,3%

A análise dos dados acima se assemelha ao já comentado quando da visualização do programa.

5. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Plano de Trabalho previsto para o exercício prevê a aquisição de novos equipamentos de segurança a serem instalados nas Unidades Judiciais do Estado do Maranhão, quais sejam: armários do tipo cofre, com senha digital e trava para acondicionamento de armas de fogo apreendidas e de visitantes. Retificou a aprovação e aquisição de equipamentos de raio "X" e pórticos para controle de acesso, implementação de cursos de capacitação de magistrados e servidores por meio da Escola de Magistratura do TJMA, além da realização dos Cursos de Segurança Pessoal e Patrimonial. Prevê ainda a análise sobre o perfil de cada comarca, no tocante ao nível de segurança cujo resultado possa subsidiar as prioridades de investimento dos recursos, além da divulgação trimestral, no Diário da Justiça, do demonstrativo das atividades do referido Fundo.

A aquisição de Equipamentos de Raio "X", contratos nºs 202162015, 386872015 e de Pórticos para o controle de acesso, contrato nº 476142015, foram realizados e estão em processo de instalação. A aquisição dos armários tipo cofre não foi efetivado devido a problemas no processo de compra pela empresa.

A realização de Cursos de capacitação de Magistrados e Servidores serão desenvolvidos em parceria desta Diretoria com a Escola de Magistratura do TJMA. Porém, os cursos já realizados não utilizaram recursos provenientes do Fundo.

Conforme, ainda, Ato da Presidência GP-32015, que regulamentou a Lei Complementar nº 164, de 1º de Abril de 2014, destinando ao Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados FUNSEG – JE 3% (três por cento) do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais recolhidos ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário – FERJ, nos termos da Lei Complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000.

A nomeação do Conselho de Administração do FUNSEG cabe ao Presidente do Tribunal de Justiça, após aprovação em Plenário, ao qual compete a elaboração da aplicação do Fundo compatível com o Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.

O quadro de detalhamento de Despesa, exercício 2015, do referido Fundo previu o valor de R\$ 2.964.557,00 (dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais) destinados ao apoio a segurança da Magistratura no Estado do Maranhão, proporcionando condições de segurança adequadas nas Sedes Jurisdicionais do Estado.

A inclusão do Fundo no plano Plurianual deu-se no ano de 2015, com a inclusão da ação no referido plano, com previsão do mesmo valor previsto no Quadro de Detalhamento da Despesa 2015. Da mesma forma previsto no Orçamento Anual, conforme Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade brasileira, bem como a realidade da sociedade maranhense, que anseiam por mais segurança fora criado o Fundo de Segurança dos Magistrados – Funseg cujo objetivo é suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros que serão destinados à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados; à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados.

Para se avaliar a importância das atividades do Fundo, a ausência de segurança e a necessidade de criar mecanismos de proteção que garantam o livre exercício da magistratura, justificaram a criação do mencionado fundo.

Assim, o desenvolvimento das atividades do FUNSEG constitui-se em verdadeira política pública de segurança no âmbito do Poder Judiciário Maranhense, buscando promover meios de assegurar os recursos necessários à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, e à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nessas atividades de segurança.

São Luís (MA), 31 de Dezembro de 2015.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA

PRESIDENTE

Relatório do Sistema de Controle Interno

Fundo Especial de Segurança dos Magistrados –
FUNSEG

Prestação de Contas – Exercício 2015

Março/2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1. DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	4
1.1. PLANO PLURIANUAL – PPA.....	4
1.1.1. Do cumprimento das ações previstas no PPA	7
1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO.....	7
1.2.1. Da abertura de créditos adicionais	8
1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA.....	8
1.3.1. Da realização da despesa	10
<i>1.3.1.1. AÇÃO 4686 – APOIO A SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO MARANHÃO</i>	<i>14</i>
1.3.2. Dos procedimentos licitatórios realizados	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	15

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao dever de prestar contas do Presidente do Tribunal de Justiça (art. 50, Parágrafo Único da Constituição Estadual), enquanto responsável pela utilização, arrecadação, guarda, gerenciamento e administração de dinheiros, bens e valores públicos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, ou, em nome deste, pela assunção de obrigações de natureza pecuniária, apresentamos o presente Relatório do Sistema de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, parte integrante da documentação exigida na Instrução Normativa nº 26/2011 do Tribunal de Contas do Estado, e de acordo com a sistemática definida na Instrução Normativa nº 12/2005-TCE/MA.

O presente documento avalia a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2015.

A prestação de contas do Poder Judiciário do Maranhão perpassa por seis unidades orçamentárias diferentes: o Tribunal de Justiça – TJMA (04101), a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), o Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ (04901), o Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM (04902), o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC (04903) e o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE (04904).

Nesta oportunidade analisar-se-á pela primeira vez a execução orçamentária do Fundo Especial da Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE, criado pela Lei Complementar Nº 164, de 1º de Abril de 2014, com o objetivo de suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros destinados à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados e à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados.

As constatações e considerações apresentadas nesta manifestação do controle interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, atividade exercida pela Diretoria de Controle Interno, basearam-se em informações prestadas pelos setores da Diretoria Financeira e da Divisão de Licitação e Contratos; Sistema Integrado de Administração Financeira para

Estados e Municípios – SIAFEM e do Sistema Informativo de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA do Estado do Maranhão; bem como, nos instrumentos de planejamento orçamentário e em análises pontuais de processos administrativos examinados ao longo do exercício financeiro de 2015.

1. DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

1.1. PLANO PLURIANUAL – PPA

O Plano Plurianual em execução foi estabelecido pela Lei nº 9.553 de 16 de janeiro de 2012, para vigor nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. A 3ª Revisão do PPA, aplicável às análises quanto ao exercício financeiro de 2015, ocorreu por meio da Lei nº 10.185, de 23 de dezembro de 2014.

No que tange ao Poder Judiciário, o PPA 2012-2015 compreendeu catorze ações no programa macro Prestação Jurisdicional (código 0543), o qual tem por objetivo “proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade”. Além destas, compuseram o PPA 2012-2015 as ações Contribuição ao Regime Geral da Previdência e Contribuição à Previdência do Servidor Público, vinculadas ao programa de governo Apoio Administrativo (código 0411).

AÇÕES DO PPA 2012-2015 DO PODER JUDICIÁRIO					
Programa	Código/Nome	Finalidade	UO's	Produto	Unidade de Medida
0543 - Prestação Jurisdicional	1656 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	Construir, reformar ou ampliar fóruns nas comarcas da capital e interior	FERJ	Prédio construído / ampliado / reformado	m²
	4305 - Assistência Suplementar de Saúde	Proporcionar aos servidores e magistrados ativos e inativos condições para manutenção da saúde física e mental	TJ	Agente público assistido	unidade
	4430 - Gratuidade do Registro Civil	Assegurar a gratuidade dos atos do registro civil das pessoas naturais do Estado do Maranhão	FERC	Certidão concedida	unidade
	4434 - Acesso à Justiça	Expandir, agilizar, manter e modernizar as atividades jurisdicionais e assistenciais do Poder Judiciário do Estado de forma a promover o acesso à justiça	TJ e CGJ	Medido pela despesa	unidade
	4436 - Modernização do Judiciário	Modernizar e reaparelhar o judiciário com vistas à melhoria da prestação jurisdicional	FERJ	Medido pela despesa	unidade

	4437 - Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	Promover, de forma integrada, gestão e qualificação de pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e maior produtividade	FERJ	Servidor capacitado	Unidade
	4438 - Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário	Promover a realização de cursos para formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão	ESMAM	Pessoa capacitada	Unidade
	4478 - Comunicação e Divulgação Institucional	Dar amplo conhecimento à sociedade das políticas públicas e programas do Poder Judiciário e estimular a participação da população na formulação destas políticas	TJ	Matéria veiculada	Unidade
	4674 – Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos do Estado, incluindo os encargos sociais	TJ	Medido pela despesa	Unidade
	4675 – Auxílio Transporte	Garantir o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, aos agentes públicos, em efetivo exercício, para a utilização com despesas de deslocamentos residência-trabalho	TJ	Medido pela despesa	Unidade
	4680 – Auxílio Alimentação	Garantir o pagamento de auxílio-alimentação, em pecúnia, destinado ao custeio das despesas com alimentação	TJ	Medido pela despesa	Unidade
	4681 – Auxílio-moradia	Garantir o pagamento de auxílio-moradia, em pecúnia	TJ	Medido pela despesa	Unidade
	4686 – Apoio a Segurança da Magistratura	Proporcionar aos magistrados condições de segurança adequadas nas sedes jurisdicionais.	FUNSEG	Medido pela despesa	Unidade
	4683 – Gestão de Informática	Promover, de forma integrada, gestão e qualificação de pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e maior produtividade	FERJ	Medido pela despesa	Unidade

0411 - Apoio Administrativo	0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão – FEPA	TJ	Medido pela despesa	Unidade
	0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	TJ	Medido pela despesa	Unidade

Fonte: 3ª Revisão do PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Maranhão

O Poder Judiciário projetou, para o implemento das ações do programa Prestação Jurisdicional (código 0543), no ano de 2015, a importância de R\$ 761.098.693,00 (setecentos e sessenta e um milhões noventa e oito mil seiscientos e noventa e três reais). Deste valor, 0,39% destinava-se aos projetos e atividades da unidade orçamentária do FUNSEG (04904), ou seja, R\$ 2.964.557,00 (dois milhões novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e sete reais).

PROGRAMA:	0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
OBJETIVO:	Proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.			
PÚBLICO ALVO:	Sociedade maranhense			
VALOR:				
Total do Poder Judiciário do Maranhão (em R\$)	FERC			
	(em R\$)	%		
761.098.693,00	2.964.557,00	0,39%		
META:				
Indicador	Unidade de Medida	Índice mais recente	Data de Apuração	Meta 2015
Taxa de Congestionamento de Processos Judiciais*	Percentual	70,42%	2015	A definir
3ª Revisão do PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Maranhão Lei Orçamentária Anual para 2015, disponível no link http://www.seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-OR%C3%87AMENT%C3%81RIA-ANUAL_-2015.pdf * Informação da Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos, submetido à análise do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e estando passível de alteração.				

O valor acima destacado à unidade orçamentária do FUNSEG restou assim distribuído:

AÇÕES PPA 2012-2015 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Projeto / Atividade	Finalidade	UO	Produto	Unidade de Medida	Metas	
					Física	Financeira
4686-Apoio a Segurança da Magistratura	Proporcionar aos magistrados condições de segurança adequadas nas sedes jurisdicionais.	FUNSEG	medido pela despesa	unidade		2.964.557,00

Fonte: 3ª Revisão do PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Maranhão

1.1.1. Do cumprimento das ações previstas no PPA

No que tange ao Programa Macro do Poder Judiciário previsto no PPA, qual seja, o de Gestão Judiciária, as ações seguiram assim realizadas:

AÇÕES PPA 2012-2015 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Projeto / Atividade	Produto	Unidade de Medida	Metas Físicas			Metas Financeiras		
			Planejado	Realizado	%	Planejado	Realizado	%
4686-Apoio a Segurança da Magistratura	medido pela despesa	Unidade				2.964.557,00	570.680,00	19%

Fonte: Fonte: 3ª Revisão do PPA 2012-2015 do Governo do Estado do Maranhão e consulta ao SISPCA.

Do quadro acima, verifica-se que a Ação 4686 não cumpriu eficientemente a meta financeira planejada para o exercício de 2015, concluindo-se pela necessidade de uma reavaliação da ação para o quadriênio 2016-2019, com melhor alocação dos recursos.

1.2.LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o exercício de 2015 é a de nº 10.132, de 04 de agosto de 2014. Ela propõe as metas e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2015.

1.2.1. Da abertura de créditos adicionais

Os artigos 33 ao 41 da LDO 2015 disciplinam o procedimento de abertura de créditos adicionais para aquele exercício.

No exercício de 2015, não houve reforço na dotação orçamentária, mantendo-se o mesmo valor da dotação inicial fixada na LOA, no montante de R\$ 2.964.557,00 (dois milhões novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e sete reais).

1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2015, Lei nº 10.183, de 22 de dezembro de 2014, fixou créditos orçamentários ao Poder Judiciário no valor de R\$ 1.124.639.727,00 (um bilhão cento e vinte e quatro milhões seiscentos e trinta e nove mil e setecentos e vinte e sete reais), assim distribuídos:

LOA 2015	
UO's	Dotação Inicial
TJ e CGJ	995.361.969,00
TJ	978.193.026,00
CGJ	17.168.943,00
FERJ	121.853.952,00
FESMAM	559.249,00
FUNSEG	2.964.557,00
FERC	3.900.000,00
Total	1.124.639.727,00

Fonte: LOA 2015

O valor orçado à unidade orçamentária do FUNSEG correspondeu a 0,26% do total fixado na LOA 2015. Quanto à fonte, os recursos originam-se de receitas do próprio fundo e de recursos do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário-FERJ que integram o Orçamento Fiscal, de acordo com o art. 4.º da Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014.

Os créditos orçamentários foram alocados da seguinte forma:

FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS									
PROG / AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FUNCIONAL	ESFERA	RP	GND	MA	IDUSO	FONTE	VALOR
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								2.964.557,00
4.686.0000	APOIO A SEGURANÇA DA MAGISTRATURA NO ESTADO DO MARANHÃO								2.964.557,00
	Proporcionar aos Magistrados condições de segurança adequadas nas Sedes Jurisdicionais	03 062	F	2	3	90	0	107	2.964.557,00
Total									2.964.557,00

Fonte: LOA 2015

1.3.1. Da realização da despesa

A despesa fixada na LOA para o exercício de 2015 à unidade orçamentária do FUNSEG totalizou R\$ 2.964.557,00 (dois milhões novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e sete reais), permanecendo o mesmo valor ao final do exercício, já que não houve abertura de créditos adicionais no período.

A despesa realizada no exercício de 2015 totalizou R\$ 570.680,00 (quinhentos e setenta mil e seiscentos e oitenta reais), o que representa uma execução de apenas 19% da dotação fixada.

Estes índices demonstram, em termos de concretização do planejado na LOA, uma execução orçamentária ineficiente, restando um saldo orçamentário de R\$ 2.393.877,00 (dois milhões trezentos e noventa e três mil oitocentos e setenta e sete reais).

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
CÓDIGO	ITEM	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
			ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO					
		(A)	(B)	(C)					
	TOTAIS	2.964.557,00	-	-	2.964.557,00	570.680,00	2.393.877,00	19%	19%
3	DESPESAS CORRENTES	2.964.557,00	-	-	2.964.557,00	570.680,00	2.393.877,00	19%	19%
3.3	Outras Despesas Correntes	2.964.557,00	-	-	2.964.557,00	570.680,00	2.393.877,00	19%	19%

Fontes: SIAFEM - Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada
SIAFEM - Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada

Na categoria econômica despesas correntes enquadram-se aquelas que não contribuem diretamente para aquisição ou formação de um bem de capital, ou seja, são aquelas destinadas à manutenção e funcionamento dos serviços públicos. Elas classificam-se em despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

Quanto à categoria despesas de capital, correspondem aos gastos da Administração Pública para aquisição ou constituição de bens de capital (máquinas, veículos, equipamentos, imóveis, entre outros), os quais enriquecem o patrimônio público e geram novos bens e serviços e, conseqüentemente, podem aumentar as despesas correntes. Elas dividem-se em investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida.

No caso da unidade em análise, não existe dotação orçamentária para despesas de capital. Quanto à execução da classe outras despesas correntes, esta apresentou um índice de incompatibilidade entre orçado e executado na ordem de 19%.

Agora, veja-se a execução orçamentária por ação prevista na LOA:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR AÇÃO									
AÇÃO:	4686 - Apoio a Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS		DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	% (C/A)	% (C/B)
		(A)	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	(B)	(C)			
		2.964.557,00	-	-	2.964.557,00	570.680,00			
3	DESPESAS CORRENTES	2.964.557,00	-	-	2.964.557,00	570.680,00	2.393.877,00	19%	19%
3.3	Outras Despesas Correntes	2.964.557,00			2.964.557,00	570.680,00	2.393.877,00	19%	19%

Fontes: SIAFEM - Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada
SIAFEM - Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada

1.3.1.1.AÇÃO 4686 – APOIO A SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO MARANHÃO

De acordo com as análises apresentadas em relação à execução orçamentária geral no item **1.3.1**, uma vez que se trata de apenas uma ação a ser implementada pela unidade orçamentária em comento, as conclusões são as mesmas.

Em resumo, não houve uma execução orçamentária eficaz posto que só foi executado 19% do planejado inicial.

1.3.2. Dos procedimentos licitatórios realizados

No exercício financeiro de 2015, o valor total de contratações da Unidade Orçamentária FUNSEG foi da ordem de R\$ 570.680,00 (quinhentos e setenta mil seiscentos e oitenta reais), decorrentes de duas Adesões a Atas de Registros de Preços, como demonstra o quadro abaixo:

CONTRATAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO	
Unidade Orçamentária 04904 - FUNSEG	
2015 - Licitações	
Medidas pelo valor	
MODALIDADE	2015
Convite	-
Tomada de Preço	-
Concorrência	-
Pregão Presencial	-
Pregão Eletrônico	-
Dispensa	-
Inexigibilidade	-
Adesão à Ata de Registro de Preço - SRP	570.680,00
TOTAL	570.680,00
Fonte: Divisão de Licitação e Contratos do TJMA	
Aditivos	-

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos exames realizados, verificou-se que:

- a meta financeira previstas no PPA para a unidade orçamentária do FUNSEG não foi cumprida de maneira eficiente, sendo necessário um melhor planejamento na alocação dos recursos da ação 4686 (Apoio a Segurança dos Magistrados do Maranhão);
- a ação 4686 (Apoio a Segurança dos Magistrados do Maranhão) demanda um planejamento mais eficiente, a fim de evitar um saldo orçamentário como o constatado ao final do exercício de 2015;
- as despesas realizadas constaram de rubricas específicas e em conformidade com a classificação funcional-programática da Lei nº 4.320/64;
- quanto às análises realizadas, houve a observância às fases da despesa estabelecidas nos artigos 60, 63 e 64 da Lei nº 4.320/64;
- não houve abertura de créditos adicionais no período.

São Luís, 31 de março de 2016.


JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretora de Controle Interno
Mat. 107318

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

040904 FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS
04904 FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS

2015

DEZEMBRO.

09/03/2016

1

CONTA	TITULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCICIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
1.0.0.0.0.00.00	ATIVO			2.366.447,62D	2.366.447,62D
1.1.0.0.0.00.00	ATIVO CIRCULANTE			2.366.447,62D	2.366.447,62D
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIX			2.366.447,62D	2.366.447,62D
1.1.1.1.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIX			2.366.447,62D	2.366.447,62D
1.1.1.1.1.00.00	CAIXA E EQUIV.CAIXA EM MOEDA			2.366.447,62D	2.366.447,62D
1.1.1.1.1.19.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEM			2.366.447,62D	2.366.447,62D
1.1.1.1.1.19.01	= BANCO DO BRASIL			2.366.447,62D	2.366.447,62D
4.0.0.0.0.00.00	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTA			2.366.447,62C	2.366.447,62C
4.5.0.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS E DELEGACOES			2.366.447,62C	2.366.447,62C
4.5.1.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNA			2.366.447,62C	2.366.447,62C
4.5.1.1.0.00.00	TRANSFERENCIA RECEBI P/ EXEC			2.400,01C	2.400,01C
4.5.1.1.2.00.00	TRANSF RECEBI P/ EXECUCAO OR			2.400,01C	2.400,01C
4.5.1.1.2.02.00	REPASSE RECEBIDO			2.400,01C	2.400,01C
4.5.1.2.0.00.00	TRANSF RECEBIDA INDEPENDENTE			2.364.047,61C	2.364.047,61C
4.5.1.2.2.00.00	TRANSF RECEBI INDEPENP EXEC			2.364.047,61C	2.364.047,61C
4.5.1.2.2.01.00	TRANSF FINANC RECEB INDEP EX			2.364.047,61C	2.364.047,61C
4.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERENCIAS RECE			2.364.047,61C	2.364.047,61C
5.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA APROVACAO DO PL		570.680,00D	4.105.917,00D	4.105.917,00D
5.2.0.0.0.00.00	ORCAMENTO APROVADO			3.535.237,00D	3.535.237,00D
5.2.2.0.0.00.00	FIXACAO DA DESPESA			3.535.237,00D	3.535.237,00D
5.2.2.1.0.00.00	DOTACAO ORCAMENTARIA			2.964.557,00D	2.964.557,00D
5.2.2.1.1.00.00	DOTACAO INICIAL			2.964.557,00D	2.964.557,00D
5.2.2.1.1.01.00	= CREDITO INICIAL			2.964.557,00D	2.964.557,00D
5.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA			570.680,00D	570.680,00D
5.2.2.9.2.00.00	EMPENHOS POR EMISSAO			570.680,00D	570.680,00D
5.2.2.9.2.01.00	EXECUCAO DE DESPESA POR NOTA			570.680,00D	570.680,00D
5.2.2.9.2.01.01	= EMISSAO DE EMPENHOS			958.680,00D	958.680,00D
5.2.2.9.2.01.03	* = (-)ANULACAO DE EMPENHOS			388.000,00C	388.000,00C
5.3.0.0.0.00.00	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR		570.680,00D	570.680,00D	570.680,00D
5.3.1.0.0.00.00	INSCRICAO DE RP NAO PROCESSA		570.680,00D	570.680,00D	570.680,00D
5.3.1.1.0.00.00	= RP NAO PROCESSADOS INSCRIT		570.680,00D	570.680,00D	570.680,00D
6.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA EXECUCAO DO PLA		570.680,00C	4.105.917,00C	4.105.917,00C
6.2.0.0.0.00.00	EXECUCAO DO ORCAMENTO			3.535.237,00C	3.535.237,00C
6.2.2.0.0.00.00	EXECUCAO DA DESPESA			3.535.237,00C	3.535.237,00C
6.2.2.1.0.00.00	DISPONIBILIDADES DE CREDITO			2.964.557,00C	2.964.557,00C
6.2.2.1.1.00.00	= CREDITO DISPONIVEL			2.393.877,00C	2.393.877,00C
6.2.2.1.3.00.00	CREDITO UTILIZADO			570.680,00C	570.680,00C
6.2.2.1.3.01.00	= CREDITO EMPENHADO A LIQUID		570.680,00D		
6.2.2.1.3.05.00	= EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRI		570.680,00C	570.680,00C	570.680,00C
6.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA			570.680,00C	570.680,00C
6.2.2.9.2.00.00	EMISSAO DE EMPENHO			570.680,00C	570.680,00C

6.2.2.9.2.01.00 EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO		570.680,00C	570.680,00C
6.2.2.9.2.01.01 = EMPENHOS A LIQUIDAR	570.680,00D		
6.2.2.9.2.01.05 = EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRI	570.680,00C	570.680,00C	570.680,00C

TÍTULO BALANCETE DA UNIDADE GESTORA

040904 FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS
04904 FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS

2015 DEZEMBRO.

09/03/2016 2

CONTA	TÍTULO	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO ATUAL
			NO MES	ATE O MES	
6.3.0.0.0.00.00	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR		570.680,00C	570.680,00C	570.680,00C
6.3.1.0.0.00.00	EXECUCAO DE RP NAO PROCESSAD		570.680,00C	570.680,00C	570.680,00C
6.3.1.5.0.00.00	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDA		570.680,00C	570.680,00C	570.680,00C
6.3.1.5.1.00.00	= RP NAO PROCESSADOS A LIQUI		570.680,00C	570.680,00C	570.680,00C
7.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DEVEDORES			5.901.684,62D	5.901.684,62D
7.2.0.0.0.00.00	ADMINISTRACAO FINANCEIRA			5.331.004,62D	5.331.004,62D
7.2.1.0.0.00.00	DISPONIBILIDADES POR DESTINA			2.366.447,62D	2.366.447,62D
7.2.1.1.0.00.00	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE			2.366.447,62D	2.366.447,62D
7.2.1.1.1.00.00	RECURSOS ORDINARIOS			2.366.447,62D	2.366.447,62D
7.2.3.0.0.00.00	INSCRICAO DO LIMITE ORCAMENT			2.964.557,00D	2.964.557,00D
7.2.3.2.0.00.00	CONTROLE DAS OUTRAS UNIDADES			2.964.557,00D	2.964.557,00D
7.2.3.2.1.00.00	LIMITE ORCAMENTARIO AUTORIZA			2.964.557,00D	2.964.557,00D
7.2.3.2.1.01.00	LIMITE ORCAMENTARIO AUTORIZA			2.964.557,00D	2.964.557,00D
7.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES			570.680,00D	570.680,00D
7.9.3.0.0.00.00	CONTROLES DE OBRIGACOES A PA			570.680,00D	570.680,00D
7.9.3.1.0.00.00	OBRIGACOES A PAGAR			570.680,00D	570.680,00D
7.9.3.1.1.00.00	CREDORES POR EMPENHO			570.680,00D	570.680,00D
7.9.3.1.1.01.00	VALORES COMPROMETIDOS			570.680,00D	570.680,00D
8.0.0.0.0.00.00	CONTROLES CREDORES			5.901.684,62C	5.901.684,62C
8.2.0.0.0.00.00	EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FI			5.331.004,62C	5.331.004,62C
8.2.1.0.0.00.00	EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADE			2.366.447,62C	2.366.447,62C
8.2.1.1.0.00.00	EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE			2.366.447,62C	2.366.447,62C
8.2.1.1.1.00.00	DISPONIB P/ DEST DE RECURSOS			1.795.767,62C	1.795.767,62C
8.2.1.1.2.00.00	DISPONIB P/ DEST DE RECURSOS			570.680,00C	570.680,00C
8.2.2.0.0.00.00	EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINA			2.964.557,00C	2.964.557,00C
8.2.2.1.0.00.00	EXECUCAO DE CONCESSAO DE REC			2.964.557,00C	2.964.557,00C
8.2.2.1.1.00.00	CONCESSAO DE COTAS DECORRENT			2.964.557,00C	2.964.557,00C
8.2.2.1.1.03.00	COTA DE DESPESA DISPONIVEL A			2.393.877,00C	2.393.877,00C
8.2.2.1.1.04.00	COTA DE DESPESA EMPENHADA			570.680,00C	570.680,00C
8.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES			570.680,00C	570.680,00C
8.9.3.0.0.00.00	CONTROLES DE OBRIGACOES A PA			570.680,00C	570.680,00C
8.9.3.1.0.00.00	OBRIGACOES A PAGAR			570.680,00C	570.680,00C
8.9.3.1.1.00.00	OBRIGACOES A PAGAR			570.680,00C	570.680,00C
8.9.3.1.1.01.00	LIQUIDACAO DE COMPROMISSOS			570.680,00C	570.680,00C
8.9.3.1.1.01.01	VALORES A LIQUIDAR			570.680,00C	570.680,00C
RESUMO :					
ATIVO	=		2.366.447,62D		
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	=		2.366.447,62C		
CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCA	=		4.105.917,00D		
CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAM	=		4.105.917,00C		
CONTROLES DEVEDORES	=		5.901.684,62D		

CONTROLES CREDITORES
%EOF

=

5.901.684,62C

__ SIAFEM2015-CONTAB,CONSULTAS,DETAConta1 (DETALHA CONTA CONTABIL) _____

CONSULTA EM 23/03/2016 AS 08:47 TELA: 001 USUARIO : CELIA REGINA
UNIDADE GESTORA: 040904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS
GESTAO : 04904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS
POSICAO : DEZEMBRO - ABERTO
CONTA : 11111 19 01 - = BANCO DO BRASIL
CONTA CORRENTE SALDO R\$

0013846679561		2.366.447,62D
	TOTAL :	2.366.447,62D

PF3=SAI PF4=RAZAO PF7=RECUA PF8=AVANCA PF12=RETORNA

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Empenhada - Anex011
 Creditos

Data 02/03/16
 Pagina 1
 SIA170B2
 ATE MES DE Dezembro / 2015

Unidade Gestora - 40904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS
 Gestao - 4904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS

UO	FU	SBF	PROG	PROJ/ATIV.	Dotacao Inicial	Anulacao Dotacao	Suplementacao	Credito Autorizado
4904	3	62	543	46860001				
	44900000		0107000000	2	2.964.557,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	2.964.557,00
	44905200		0107000000		0,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	0,00
			Total do Projeto		2.964.557,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	2.964.557,00
Total da Gestao					2.964.557,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	2.964.557,00
Total								2.964.557,00
Fonte do Estado								
Outras Fontes								0,00
Total da Unidade					2.964.557,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	2.964.557,00
Total Fonte do Estado								2.964.557,00
Outras Fontes								0,00
-								
Total Geral da Unidade					2.964.557,00	0,00 M 0,00 A	0,00 M 0,00 A	2.964.557,00
Total Geral Fonte do Estado								2.964.557,00
Geral Outras Fontes								0,00

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anex011
 Empenhado

Data 02/03/16
 Pagina 1
 SIA170B3
 ATE MES DE Dezembro / 2015

Unidade Gestora - 40904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS
 Gestao - 4904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS

UO	FU	PR	SPO	PROJ/ATIV.	Credito Autorizado	Empenhado No Mes	Empenhado Ate Mes	Saldo Disponivel
4904	3	62	543	46860001				
	44900000	0107000000	2		2.964.557,00	0,00	0,00	2.964.557,00
	44905200	0107000000			0,00	85.680,00	570.680,00	570.680,00
				Total do Projeto	2.964.557,00	85.680,00	570.680,00	2.393.877,00
				Total da Gestao	2.964.557,00	85.680,00	570.680,00	2.393.877,00
				Total da Gestao	2.964.557,00	85.680,00	570.680,00	2.393.877,00
	Total			Fonte do Estado	2.964.557,00	85.680,00	570.680,00	2.393.877,00
				Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00

SIAFEM - Sist. Integ. de Adm. Financeira para Estados e Municipios
 Governo do Estado do Maranhao
 Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada - Anex011
 Empenhado

Data 02/03/16
 Pagina 2
 SIA170B3
 ATE MES DE Dezembro / 2015

Unidade Gestora - 40904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS
 Gestao - 4904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS

UO	FU	PR	SPO PROJ/ATIV.	Credito Autorizado	Empenhado No Mes	Empenhado Ate Mes	Saldo Disponivel
N. Desp. FR							
Total da Unidade				2.964.557,00	85.680,00	570.680,00	2.393.877,00
Total Fonte Estado				2.964.557,00	85.680,00	570.680,00	2.393.877,00
Outras Fontes				0,00	0,00	0,00	0,00
-							
Total Geral da Unidade				2.964.557,00	85.680,00	570.680,00	2.393.877,00
Total Geral Fonte Estado				2.964.557,00	85.680,00	570.680,00	2.393.877,00
Geral Outras Fontes				0,00	0,00	0,00	0,00



ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

UNIDADE GESTORA	040904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS
GESTÃO	04904 - FUNDOS
EXERCÍCIO	2015

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
LEI 4320/64 - ANEXO 12

RECEITA ORÇAMENTÁRIAS					DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	CREDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	2.964.557,00	2.964.557,00	570.680,00	-	-	2.393.877,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	-	-	-	-	DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	-	-	-	-	PESSOAL E ENCARGOS	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	-	-	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	-	-	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	DESPESAS DE CAPITAL	2.964.557,00	2.964.557,00	570.680,00	-	-	2.393.877,00
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-	INVESTIMENTOS	2.964.557,00	2.964.557,00	570.680,00	-	-	2.393.877,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	-	-	-	-	-	-
Transf. Financeiras Recebidas	-	-	-	-	CRÉDITOS ESPECIAL	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Rendimento de Aplicação Financeira	-	-	-	-	DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	2.964.557,00	2.964.557,00	2.366.447,62	598.109,38	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CREDITO	-	-	-	-	DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-	DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.964.557,00	2.964.557,00	570.680,00	-	-	2.393.877,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	-	-	-	-	AMORTIZAÇÃO DA	-	-	-	-	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	DIVIDA/REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Transf. Financeiras Recebidas	2.964.557,00	2.964.557,00	2.366.447,62	598.109,38	Amortização da Divida Interna	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	Divida Mobiliaria	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	Outras Dividas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	2.964.557,00	2.964.557,00	2.366.447,62	598.109,38	Amortização da Divida Externa	-	-	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO (II)	-	-	-	-	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.964.557,00	2.964.557,00	570.680,00	-	-	2.393.877,00
OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNO	-	-	-	-	(III) = (I + II)	2.964.557,00	2.964.557,00	570.680,00	-	-	2.393.877,00
Mobiliária	-	-	-	-	SUPERAVIT	-	-	1.795.767,62	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	TOTAL	2.964.557,00	2.964.557,00	2.366.447,62	-	-	2.393.877,00
OPERAÇÕES DE CREDITO EXTERNO	-	-	-	-	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	Superavit Financeiro	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	2.964.557,00	2.964.557,00	2.366.447,62	598.109,38							
DEFICIT	-	-	-	1.795.767,62							
TOTAL	2.964.557,00	2.964.557,00	2.366.447,62	2.393.877,00							

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2015 PERÍODO: DEZEMBRO DATA: 31.12.2015 PÁGINA: 2 de 2

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO f = (a+b-c-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2015 PERÍODO: DEZEMBRO DATA: 31.12.2015

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO e = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	L.&33172.DS
BALANÇO FINANCEIRO	
UNID.GESTORA 040904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS	
GESTÃO	

EXERCICIO	MES
2015	DEZEM/13.
EMISSAO	PAGINA
04904	1

MOVIMENTO DO EXERCICIO			
INGRESSOS	2.937.127,62	DISPENDIOS	2.366.447,62
TRANSFERENCIA FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	2.366.447,62	SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE	2.366.447,62
TRANSF. RECEBIDA P/ EXECUCAO ORCAMENTARIA	2.400,01	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.366.447,62
REPASSES RECEBIDOS	2.400,01		
TRANSF RECEBIDAS INDEP. EXEC ORCAMENTARIA	2.364.047,61		
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS (III)	570.680,00		
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	570.680,00		

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	L.&33172.DS
VARIACAO PATRIMONIAL	
UNID.GESTORA 040904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS	
GESTAO	

EXERCICIO	MES
2015	DEZEM/13.
EMISSAO	PAGINA
04904	1

MOVIMENTO DO EXERCICIO

VARIA•OES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	4.732.895,24
VARIA•OES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.366.447,62
TRANSFERENCIAS E DELEGA•OES RECEBIDAS	2.366.447,62
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.366.447,62
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCICIO	2.366.447,62
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERODO	2.366.447,62



ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

NOVO ANEXO 14 DA LEI 4320/64 - BALANÇO PATRIMONIAL									
EXERCÍCIO:		2015		MÊS: DEZEMBRO		EMISSÃO:		PÁGINA:	
ATIVO			PASSIVO						
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior				
ATIVO	2.366.447,62		PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	0,00					
ATIVO CIRCULANTE	2.366.447,62		PASSIVO CIRCULANTE	0,00					
CAIXA E EQUIVALENTE DE	2.366.447,62		FORNECEDORES E CONTAS A	0,00					
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO	0,00					
			TOTAL DO PASSIVO	0,00					
ATIVO NÃO-CIRCULANTE			PASSIVO NÃO-CIRCULANTE						
Ativo Realizável a Longo Prazo									
Investimento									
Imobilizado									
Intangível									
			TOTAL DO PASSIVO	-					
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior				
			PATRIMONIO LIQUIDO	2.366.447,62					
			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL	2.366.447,62					
			RESULTADOS ACUMULADOS	0,00					
			SUPERAVITS OU DEFICITS	2.366.447,62					
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.366.447,62					
TOTAL	2.366.447,62		TOTAL	2.366.447,62					

ATIVO FINANCEIRO	2.366.447,62	PASSIVO FINANCEIRO	0,00
ATIVO PERMANENTE		PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			2.366.447,62

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais do Ativo			Saldo dos Atos Potenciais do Passivo		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	0,00		EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	
TOTAL	0,00		TOTAL	0,00	

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT FINANCEIRO
ORDINARIA	
RECURSOS ORDINARIOS - TESOURO	0,00
RECEITA OPERACIONAIS A FUNDOS VINCULADA	1.795.767,62
RECURSOS ORDINARIOS - TESOURO	0,00
REC. DESTINADOS A MANUT. E DESEN. DO ENSINO	0,00
TOTAL	1.795.767,62

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO: DEZEMBRO

DATA: 31.12.2015

PÁGINA: 1 de 2

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	2.366.447,62	-
RECEITAS DERIVADAS	-	-
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Outras Receitas Derivadas	-	
RECEITAS ORIGINÁRIAS	-	-
Receita Patrimonial	-	
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Originárias		
Remuneração das Disponibilidades	-	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.366.447,62	-
Intergovernamentais	-	
Intragovernamentais	2.366.447,62	-
DESEMBOLSOS	-	-
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	-	-
Judiciária	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	-	-
Intragovernamentais		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.366.447,62	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
DESEMBOLSOS	-	-
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO MARANHÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em R\$)
(Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN)

EXERCÍCIO: 2015

PERÍODO: DEZEMBRO

DATA: 31.12.2015

PÁGINA: 2 de 2

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
DESEMBOLSOS	-	-
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.366.447,62	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.366.447,62	-



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

RELAÇÃO DE CREDITOS ADICIONAIS

NÃO CABÍVEL



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
NÃO CABÍVEL



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
FUNSEG

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA 2015

CONTA	DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
7956-1	FUNSEG - CUSTEIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00	2.400,00
TOTAL RECEITA		0,00	2.400,00	2.400,00										



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS


Célia Regina Pereira da Silva
Coordenadora de Contabilidade TJ-MA
Matrícula: 99382

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA DE DEZEMBRO DE 2015

CONTA: 7956-1 AGENCIA 3846 - 6 BANCO DO BRASIL
DISCRIMINAÇÃO: FUNSEG

Saldo Bancário no Último Dia do Mês R\$	2.366.447,62
(+) Débitos Bancários Não Creditados no Extrato R\$	0,00
(+) Débitos Bancários Não Contabilizados no SIAFEM R\$	0,00
SUB-TOTAL	2.366.447,62
(-) OB's Emitidas e Não Apresentadas ao Banco R\$	0,00
(-) Créditos Não Contabilizados no SIAFEM R\$	
Saldo Atual SIAFEM R\$	2.366.447,62

São Luís (MA), 30 de dezembro de 2015

MEMÓRIA DE CÁLCULO


Célia Regina Pereira da Silva
Coordenadora de Contabilidade TJ-MA
Matrícula: 99362

SIAFEM2015-CONTAB,CONSULTAS,IMPRAZAO (IMPRIME RAZAO)

CONSULTA EM 19/01/2016 AS 14:48 PAG.0001 USUARIO : CELIA REGINA

UNIDADE GESTORA : 040904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS

GESTAO : 04904 - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS

CONTA : 1.1.1.1.1.19.01 - = BANCO DO BRASIL

CC : 0013846679561

DOCUMENTO

DATA U.G. GESTAO NUMERO EVENTO MOVIMENTO SALDO

SALDO ANTERIOR A 01DEZ2015					2173.922,07D	
15DEZ2015	040901	04901	2015OB02158	701984	190.125,54D	2364.047,61D
31DEZ2015	040904	04904	2015NL00002	550505	2.400,01D	2366.447,62D

AGENCIA: 3846 Conta: 00000007956 De: 01/12/2015 a 31/12/2015 Pag: 00001 / 00001

----- FUNSEG-JE - FUNDO ESPECIA -----
-- Para uso interno do BANCO, SEM VALOR LEGAL - dados sujeitos a confirmacao --
Data Bal. Historico Documento Orig Lote V a l o r

1011	Saldo Anterior em	10/11/2015		2.173.922,07C
0412	345-BB CP ADM ABSOL	1200069	13049	173.922,07D
	351-APLIC BB CDB DI	100690335802	13060	2.000.000,00D
	351-APLIC BB CDB DI	1400695318328	13060	500,00D
	855-BB CP ADM ABSOL	0000069		10.000,00C
0412	Saldo Parcial			9.500,00C
1612	632-ORDEM BANCARIA	201512150064034	14138	190.125,54C
	M GOV EST CONT UNICA			
	345-BB CP ADM ABSOL	0000069		199.625,54D
3112	Saldo Final			0,00C

OBSERVACOES:

- A TARIFA DESTE EXTRATO NAO SERA COBRADA

Fim do extrato

F3/15 Sai F5/17 Tela Ant. F7/19 Pag.Ant. F8/20 Prox.Pag.

BANCO DO BRASIL

18/01/2016 - AUTO-ATENDIMENTO - 18.05.44

RESUMO DE CDB/BB REAPLIC

Agência : 3846-6 Conta : 7.956-1
 Cliente : FUNSEG-JE - FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA

Período : 01/12/2015 a 31/12/2015

=====

BB CDB DI

=====

Data	Dt.proc	Histórico	Valor
30/11		Saldo anterior	0,00
		Aplicações no período	
		valor capital	2.000.500,00
		Rendimento mensal	
		valor juros	17.444,03
31/12		Saldo final	
		valor capital	2.000.500,00

RESUMO DOS DEPOSITOS EM SER

Nr.Depósito	Dt.aplic	Capital Inicial	Saldo de Capital	Taxa	Vencimento
0100690335802	04/12/2015	2.000.000,00	2.000.000,00	92,00	06/11/2020
1400695318328	04/12/2015	500,00	500,00	85,00	06/11/2020

RENDIMENTO BRUTO NO PERIODO POR DEPOSITO

Data	Nr. Depósito	Rend.Bruto
31/12	0100690335802	17.440,00
31/12	1400695318328	4,03

F3 Sai F6 impressao F7 Pag.Ant. F8 Prox.Pag.

GFIMA30A SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil 18/01/2016
F4479089 Gerenciador de Fundo de Investimento 18:07:25

----- Resumo Mês Dezembro -----
Cliente FUNSEG-JE E S MAGISTRADOS 00069 S PUBLICO ABSOLUTO

Agência 3846 6 S.PUBLICO SAO LUIS Conta 7956 1

Saldo Anterior	0,00	
Aplicações	373.547,61	« Dez / 2015 »
Resgates	10.000,00 (-)	
Rendimento Bruto	2.400,01	A rentabilidade abaixo e o
IR	0,00	rendimento bruto se referem ao
IOF	0,00	período do último dia útil do
Taxa de Saída	0,00	mês anterior ao último dia
Bônus Performance	0,00	útil do mês.

Saldo em 31/12/2015 365.947,62

Rendimento Líquido	2.400,01	
Rendimento Tributado	0,00	Rentabilidade no Mês 1,0694

(NA030-03) Consulta efetuada em 18/01/2016 as 18:07:25 por F4479089

F I M
